



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Anísio Clemente Filho – Presidente, Cláudio José de Deus – Vice-Presidente e Viviane Gomes de Matos – Secretária. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a ausência justificada do vereador Tiago Almeida Tito. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia trinta e um de agosto de agosto de dois mil e vinte e um foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por oito votos. A Senhora Secretária proferiu leitura da correspondência recebida: Comunicação Interna nº 27/2021. Nova Lima, 13 de setembro de 2021. De: Gabinete vereador Tiago Tito. Para: Exmo. Senhor Anísio Clemente Filho. Presidente da Câmara de Vereadores. Ref.: justificativa faz-se. “Com minhas considerações e respeito, levo a conhecimento de V. Exa. que não poderei estar presente fisicamente na sessão plenária de hoje, dia 14 de setembro do ano corrente, por me encontrar em cárcere no sistema prisional da penitenciária Nelson Hungria, mas me coloco à disposição para participar da referida reunião remotamente. Diante do exposto, justifico minha ausência da



impossibilidade da participação fisicamente/pessoalmente. Na certeza da habitual atenção e compreensão de V. Exa. e dos nobres edis, antecipo agradecimentos”.

Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 392/2021, autoria da Mesa Diretora, que “Declara a perda do mandato do vereador Tiago Almeida Tito por deixar de comparecer, na sessão legislativa do ano de 2021, à terça parte das sessões ordinárias do Poder Legislativo, nos termos do artigo 43, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e do artigo 39, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Registra-se que este Parecer da Comissão Especial está anexado a esta Ata conforme determinação da Presidência. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Peço que consulte o Plenário para que seja feita a dispensa de interstícios e que seja votado em primeira e segunda votação ainda hoje”.

Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a primeira e segunda votação ainda nessa reunião do Projeto de Decreto Legislativo nº 392/2021, que “Declara a perda do mandato do vereador Tiago Almeida Tito por deixar de comparecer, na sessão legislativa do ano de 2021, à terça parte das sessões ordinárias do Poder Legislativo, nos termos do artigo 43, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e do artigo 39, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Em votação, em



discussão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “em discussão, Presidente, pela ordem. Boa noite, colegas vereadores, vereadoras. Na última sessão plenária, eu fiz um questionamento à Procuradoria da Casa quanto ao trâmite desse processo. Existe uma resposta, Presidente?”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro, existe, sim. Na última sessão do dia 31, como você bem disse, cuidei de solicitar o parecer do Procurador Jurídico desta Casa, o Dr. do Luciano que está presente, sobre interpretação de vossa senhoria acerca da possibilidade de declaração de ofício desta Mesa Diretora da perda de mandato de vereador por ausência de comparecimento às sessões ordinárias. Vou pedir à ilustre vereadora Viviane Matos que proceda à leitura”. A Senhora Secretária proferiu leitura do Parecer 07/2021. Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Nova Lima-MG. Ementa: extinção de mandato de vereador por não comparecimento à terça parte das reuniões ordinárias - necessidade de votação em Plenário de projeto de decreto legislativo - interpretação garantista - necessidade de ampla defesa. Registra-se que este Parecer da Procuradoria da Câmara está anexado a esta Ata conforme determinação da Presidência. Após leitura, vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem, Presidente. Agradeço ao Procurador, Dr. Luciano, pela formalização da resposta. Quanto à questão da ampla defesa não há o que se questionar, naturalmente, deve ser garantido esse direito. O meu questionamento era sobre o procedimento. A minha assessoria jurídica teve um entendimento diferente da Procuradoria, mas vou acatar a definição do senhor, Presidente, nesse procedimento”.



Vereador Thiago Felipe de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Venho requerer, como Relator, que anexe no relatório final nosso o parecer jurídico, no parecer da comissão, por favor”. Senhor Presidente: “será anexado. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.066/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.035, de 20 de dezembro de 2007” (CODEMA). Em discussão, o vereador Danúbio de Souza Machado: “Presidente, questão de ordem. Boa noite, Presidente e todos os vereadores. Gostaria de pedir que fosse também dispensado o interstício e a gente pudesse fazer a votação desse projeto hoje, na primeira e segunda”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstício e que faça a segunda votação ainda nessa reunião do Projeto de Lei nº 2.066/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.035, de 20 de dezembro de 2007” (CODEMA). Em votação, em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. O Projeto de Lei nº 2.066/2001 será votado ainda nesta reunião. Projeto de Lei nº 2.066/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.035, de 20 de dezembro de 2007” (CODEMA) em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.066/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.035, de 20 de dezembro de 2007”



(CODEMA). Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.066/2021 à sanção. Obrigado”. 2) Senhor Presidente: “Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 392/2021, que “Declara a perda do mandato do vereador Tiago Almeida Tito por deixar de comparecer, na sessão legislativa do ano de 2021, à terça parte das sessões ordinárias do Poder Legislativo, nos termos do artigo 43, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e do artigo 39, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 392/2021, que “Declara a perda do mandato do vereador Tiago Almeida Tito por deixar de comparecer, na sessão legislativa do ano de 2021, à terça parte das sessões ordinárias do Poder Legislativo, nos termos do artigo 43, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e do artigo 39, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Oito votos na primeira e oito votos agora, retificando. Encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 392/2021 à promulgação. Pois não, vereadora Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, questão de ordem. Boa noite, colegas vereadores. Boa noite ao público que



nos acompanha. Presidente e nobres colegas vereadores, eu gostaria primeiramente de saudar vossa excelência pela sua presteza e pelo fato de você estar seguindo à risca o Regimento Interno, a lei, especialmente a nossa Constituição Federal. A norma é muito clara, gente, ela estabelece que se o vereador faltar à terça parte das sessões legislativas ordinárias de cada sessão legislativa anual, ele terá seu mandato extinto e ponto final; dois mais dois é igual a quatro. Presidente, apesar de reconhecer que você está cumprindo a sua função frente à presidência dessa Casa Legislativa, eu também gostaria de usar dessa fala para lamentar as tentativas do vereador Tiago Tito em impedir que a nossa cidade soubesse dos fatos que culminaram em sua prisão e o mantém preso até hoje. Nessas últimas semanas a nossa cidade viu, foi atacada por uma campanha de desinformação patrocinada pelo vereador em jornais e seus aliados, buscando deslegitimar os trabalhos da comissão processante, à qual eu fui Presidente, juntamente com minha colega vereadora Viviane e o vereador Danúbio, e eles ali nessa tentativa de nos deslegitimar o tempo todo. Desde o início da constituição da nossa comissão processante, a Mesa Diretora e os membros da comissão foram rigorosos no cumprimento do ordenamento jurídico, nós garantimos ao vereador a mais ampla defesa e contraditório desde o início dos trabalhos. Inclusive, nós tomamos ciência, não é, colega vereadora Viviane, de que o vereador tentou impedir o prosseguimento da comissão processante, alegando que não havíamos garantido para ele a oportunidade de se defender, só que não apenas a juíza da Comarca de Nova Lima, mas o próprio



Tribunal de Justiça indeferiram o mandado de segurança do Tito e entendeu que seguimos todos os ritmos legais e constitucionais. E o mais curioso disso tudo, minha gente, é que no dia treze de agosto, uma bela sexta-feira treze, onde nós havíamos agendado o depoimento pessoal do vereador Tiago Tito, o vereador que sempre alegou que não havia tido a oportunidade de se defender, teria justamente essa oportunidade. Eu estava super ansiosa para entender como que uma funcionária ganhava dois mil reais, passou a ganhar onze mil reais enquanto estava de licença maternidade para ser exonerada justamente quando a licença se encerrou. Eu também queria muito, mas muito mesmo, saber como que ele justificaria a sua inocência se ele já perdeu *habeas corpus* e recursos no Tribunal de Justiça, no STJ e recentemente no STF. Mas, infelizmente, ele entrou com outra ação e cancelou a reunião usando a tese de que a formação da comissão não havia respeitado a proporcionalidade partidária e conseguiu essa suspensão da reunião. Nós discordamos da decisão e recorremos, estamos até o momento aguardando a decisão do TJ que, obviamente, vai perder a sua finalidade. Presidente Anisinho, eu queria muito que a população de Nova Lima pudesse acompanhar esse processo até o final e formasse a sua opinião sobre os fatos que levaram o vereador Tiago Tito à prisão, mas infelizmente ele fugiu do debate e do contraditório que ele próprio tanto queria. E, aliás, outro questionamento que eu gostaria muito, mas muito mesmo, de ter feito ao vereador Tiago Tito é sobre um vídeo dele que circulou nas redes sociais, não sei se os nobres colegas se recordam, mas viralizou no



município um vídeo que ele gravou em meados de 2020, no início da pandemia, onde ele havia prometido que seus salários seriam doados para o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, pois a Câmara estava com os trabalhos suspensos naquela época. E aí vai a minha dúvida: ele está detido há mais de cento e vinte dias, ou seja, ele está há cento e vinte dias, aliás, há mais de cento e vinte dias sem trabalhar e recebendo salário, ele e o chefe de gabinete dele que, inclusive, conseguiu férias estando preso. E aí eu me pergunto: será que ele doou esse dinheiro que ele recebeu nesse período que ele estava sem trabalhar? Será que ele oficiou a Casa para devolver esse dinheiro aos cofres públicos? Esses mais de vinte e seis mil reais que ele recebeu durante esses mais de cento e vinte dias que ele está preso? Então, assim, são perguntas que eu adoraria que ele nos respondesse para até entender se ele fez aquela doação do dinheiro do salário dele no período de pré-campanha por populismo ou porque ele realmente tem valores, princípios e respeito ao dinheiro público ou se simplesmente ele queria ali angariar votos para uma eleição. A gente vai ficar sem resposta de muita coisa, mas eu sei que a justiça vai agir, vai nos dar essa resposta no momento oportuno. Parabenizar novamente a vossa excelência pela coerência, por ter seguido os ritos. Você, estando à frente dessa Casa, muito nos orgulha. Eu acho que é um passo importante que esta Casa está dando em prol da moralização da Casa Legislativa que foi tão mal vista quando tivemos, em outras legislaturas, polícia fazendo busca e apreensão em gabinete de vereador e coisas do tipo. Então, eu acho que essa legislatura está fazendo a diferença ao ter, por





unanimidade, aprovado esse decreto. E também parabenizo os vereadores por terem votado favorável. E agora, gente, por fim, eu queria dizer ao público que nos acompanha que eles poderão sempre contar com o meu mandato em prol da moralidade e em prol do respeito com o dinheiro público, porque enquanto o vereador estava lá há mais de cento e vinte dias preso e recebendo salário, para mim, isso significa dinheiro público indo para o ralo, ao invés de estar indo para a população, que é quem paga nosso salário. Então, fica aqui a minha manifestação. Agradecer aos companheiros que fizeram parte da comissão processante e também aos companheiros que fizeram parte da comissão especial para analisar esse decreto. Muito obrigada, Presidente”. Senhor Presidente: “vereadora Juliana, eu te agradeço as palavras à minha pessoa, mas eu transfiro essas palavras à minha pessoa aos pares que estão aqui, ao nosso setor jurídico, à toda Casa. E a gente como é da rua, todos os vereadores, a gente é questionado a cada momento sobre essa atuação, sobre essa perda de mandato, que é uma coisa rara na nossa Casa. Eu era questionado a todo tempo a tomar uma atitude e sempre conversando com vocês, nós vamos seguir o Regimento Interno. Em nenhum momento nós nos precipitamos. Elogiar a comissão aqui, que foi um sorteio para mim legítimo, normal. Foram bombardeados, sim, você, o Danúbio, a Viviane. E até agora, a nossa comissão que foi formada agora para esse decreto, até eles foram bombardeados. Então, nós fizemos o que está na lei. Então, parabenizar toda a Casa, os nossos vereadores, a nossa assessoria jurídica toda, os parlamentares. Está bom?”. Vereadora Viviane Gomes de



Matos: “pela ordem, Presidente. Eu não poderia deixar de parabenizar a minha nobre colega Juliana, vereadora que protagonizou na nossa cidade, realmente, um novo olhar para a questão principalmente da mulher frente a trâmites e a processos legítimos. Então, fica aqui o meu agradecimento em ter feito parte dessa comissão onde a senhora comandou com legitimidade, agradecer ao Danúbio que foi também parceiro, ele esteve com a gente em todas as questões. Anisinho, tudo isso é possível, Senhor Presidente, graças ao trabalho de toda a Câmara com seriedade, que é o que a gente realmente quer que aconteça nesse mandato. Então, fica aqui também o meu agradecimento e que a população que nos assiste realmente possa nos acompanhar e acompanhar os feitos e os atos de cada um eleito nessa Casa para que a realidade política da nossa cidade realmente se formate na participação do povo nessa Casa e que todos nos acompanhe porque nós queremos legislar com a população lado a lado com a Casa Legislativa. Muito obrigada. Boa noite”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador Danúbio de Souza Machado: Requer que esta Casa envie moção de aplausos aos funcionários da Secretaria Municipal de Cultura, na pessoa do Secretário Leonardo Ribeiro, pela realização do Projeto Live Viva Arte. Aprovado, oito votos. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Agradecer aos nobres colegas. E, mais uma vez aqui, parabenizar a todos os funcionários da Secretaria de Cultura, realmente, essa ação contribuiu muito com toda a classe artística que foi envolvida. Estamos aí, se Deus quiser, acabando com a



pandemia, mas durante toda a pandemia foi uma das classes mais afetadas, a primeira a parar e a gente sabe que está sendo uma das últimas a voltar. Então, essa ação do Poder Executivo ajudou a todos esses artistas e a gente espera que continuem com novos projetos, com novas ações, que a gente possa fomentar a cultura que é tão rica aqui, no nosso município. Muito obrigado a todos. Amanhã tem o fechamento desse evento, eu gostaria de convidar a todos vocês também para estarem presentes no Teatro Municipal”. Senhor Presidente: “concordo plenamente, vereador Danúbio”. 2) Aatoria do vereador Anísio Clemente Filho: Requer que seja enviada à família de Onizina Alves Pedrosa, mais conhecida como Dona Elza, uma moção de profundo pesar pelo seu falecimento. Após leitura, Senhor Presidente: “só um aparte. A Elza algumas pessoas a conheceram, outros não, mas eu como morador do Rosário, ela era a número dois da Pensão de Dona Anita. Eu me lembro bem, meu falecido pai era diretor do Villa na época e o Villa ficava cindo meses sem pagar a pensão, que ela fornecia alimentação para o Villa Nova. Elza e Dona Anita sempre com aquela cara bonita. Eu lembro que tinha a venda do Senhor João em frente, como não pagava, os próprios jogadores faziam uma vaquinha para comprar um ovo para fazer. Inclusive, antigamente, o time do Villa era chamado de ‘pão com ovo’, então eles compravam o ovo lá para reforçar a alimentação. Eu acho que é justa essa homenagem à Elza porque ela foi uma pessoa maravilhosa. Infelizmente, eu acho que nós perdemos a receita do pastel maravilhoso, se alguém teve a oportunidade de ter comido, que está aqui, em casa eu tenho certeza



que sim, é um pastel indescritível. Então, vai aqui abraços aos familiares”.  
Requerimento aprovado por oito votos. 3) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Prefeito Municipal a realização da obra do Centro de Educação Infantil (CEI) a ser sediada no Poliesportivo localizado na Rua Professor Aldo Zanini, nº 152, Bairro Cristais. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “justificativa, essa solicitação, gente, se dá... E aí eu vou ter que realmente falar sobre isso porque é um momento pós-pandemia, onde a creche dos Cristais não comporta em função das janelas, da forma que foi construída a obra, receber as crianças nesse momento. E esta creche está sublocada na Nancy Romani e depois vai para outro local definido pela secretaria de educação, e é um bairro que merece e precisa realmente que essa creche continue ali no local. Então, fica aqui o meu pedido para que todos me ajudem a defender essa construção desse Centro de Educação Infantil, uma vez que o bairro é composto de escolas tradicionais e que realmente merece ter como base na educação infantil um prédio construído ali no local ao invés de tirar as crianças do bairro e levar para outras áreas da cidade”. Requerimento aprovado por oito votos. 4) Autoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Prefeito Municipal que seja realizado um estudo que promova a sinalização de trânsito, através da colocação de semáforos na Avenida Toronto, do Jardim Canadá. Aprovado, oito votos. 5) Autoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a construção de bueiros nas vias que chegam até a Rua Tancredo Neves, no Bairro Vale da Esperança. Aprovado, oito



votos. 6) Aatoria do vereador Danúbio de Souza Machado: Requer ao Prefeito Municipal, através da Secretaria de Educação, a divulgação das alterações do cardápio das escolas municipais de acordo com a Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020, Resolução nº 20, de 02 de dezembro de 2020 e Nota Técnica nº 1879810/2020/COSAN/CGPAE/DIRAE. Após leitura, vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Bom, Presidente, eu acho que esse assunto foi bem polemizado na nossa cidade nesses últimos dias. Eu tive a oportunidade de estar junto com o Conselho de Alimentação, também estive na Secretaria de Educação, conversei diretamente com a Michele e também com a Baliza, a secretária, e a gente sabe que teve essa Resolução, isso está alterando muito o cardápio alimentar. Um exemplo que eu vou dar aqui para que as pessoas possam saber, eu acho que a Viviane também deve estar por dentro disso, um exemplo: o achocolatado que era fornecido todos os dias, hoje só pode ser ofertado uma vez por semana. Então, tiveram várias outras alterações referentes à questão nutricional que são para contribuir com as nossas crianças, mas que é necessário agora ter uma divulgação mais ampla, então isso foi também um pedido do Conselho de Alimentação. E, além disso, a gente está tendo outros problemas, que a retomada das aulas vieram agora, há pouco tempo, algumas empresas que forneciam alguns tipos de alimentos não estão fornecendo, eles estão pedindo reajuste de cálculo de preço, isso também tem sido um problema junto à Secretaria de Educação. Então, que a gente possa mostrar para os pais dos alunos, mostrar para a nossa população o que



está acontecendo, que seja feito de forma mais transparente, que eu tenho certeza que já está sendo pensado, mas que a gente possa reforçar isso aqui e eu acho que vai ser uma forma de poder minimizar esse problema que está sendo causado nesse momento”.

Requerimento aprovado por oito votos. Vereador Danúbio de Souza Machado: “só para finalizar, Senhor Presidente”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem”.

Vereador Danúbio de Souza Machado: “desculpa, vereadora. Por gentileza, pode falar”.

Vereadora Viviane Gomes de Matos: “vereador Danúbio, eu conheço bem as regras nutricionais do município e eu, como ex-secretária de educação, se há uma coisa que eu não posso admitir é faltar merenda de qualidade num município rico como Nova Lima, nos pratos das nossas crianças, indiferente da situação. O senhor me desculpa, concordo, eu não gosto de ser injusta, mas hoje eu visitei duas escolas, onde os profissionais, gente, eu tiro o chapéu, estão trabalhando e se desdobrando para agradar as crianças o máximo que eles podem, com o que eles têm. Só que eu também trabalho em escola, numa escola estadual, e hoje eu fiz questão de postar na minha rede social, que está aí para todo mundo ver, o prato que foi servido na rede estadual, que vem de um declínio financeiro, uma organização que depende muito mais do diretor. E nós temos uma secretaria robusta, uma equipe de profissionais técnicos, capacitados, que podem muito bem fazer um planejamento. E, a meu ver, não houve um planejamento como devido e a gente sabe que tudo que é feito em cima da hora vai ter falha. Eu não quero ser injusta com ninguém, mas um município com milhões de superávit dá-se um



jeito de fazer uma compra emergencial. Eu sei que nós estamos distribuindo cesta básica, que as famílias estão recebendo, mas a criança na escola precisa estar ali naquele ambiente, além de forma saudável, bem cuidada. E hoje por mais uma vez o cardápio era ovo, tudo bem, ah, realinhamento de preço, carne bovina está pela hora da morte para todos nós, mas existe peixe, existe frango, existe carne suína e tudo isso pode adentrar ao cardápio. Então, a meu ver, realmente não tem justificativa e quem paga isso é a população. Então, que a gente possa auxiliar o Executivo, eu me coloco à disposição, eu fui secretária e sei como são os *pari passos* para garantir isso e eu estou à disposição para orientar, para estar junto naquilo que for necessário, caso queiram a minha colaboração. Mas eu estarei fazendo o meu papel diuturnamente porque os pais têm mandado nos nossos celulares. Juliana é da Comissão de Educação, Zelino, e a gente tem, assim, diuturnamente recebido reclamações, pedidos. Então, a gente precisa caminhar realmente para que Nova Lima não tenha esse tipo de falha com o orçamento robusto que nós temos. Então, conte comigo. O Conselho de Alimentação Escolar, o CAE, sempre presente, as meninas são técnicas e elas também querem entender porque isso está acontecendo. Então, que a gente possa ter essa resposta juntos, porque fica aqui já o meu pedido para que tudo seja encaminhado também para a Comissão de Educação dessa Casa, para que a gente acompanhe de perto. É um pedido meu, da vereadora Juliana e do Zelino, que a gente vai oficializar. Está bom, Presidente? Muito obrigada”.

Vereador Danúbio de Souza Machado: “você me dá um aparte, vereadora? Eu acho que



o intuito é esse, desde que seja feita essa comunicação, nós estamos aqui fazendo esse requerimento hoje para que seja mais transparente mesmo e que possa dar uma resposta mais objetiva. Eu sei, eu acompanhei de perto, a Secretaria de Educação está notificando as empresas, não foi só uma notificação, foram várias. Aí o processo eu acho que a prefeitura tem um setor jurídico que pode dar um andamento mais efetivo nisso. Eu acho que é essa resposta que nós temos que realmente cobrar e passar para a população. Então, eu acho que essa divulgação por parte da Secretaria de Educação vai ser muito importante para que a gente possa continuar fiscalizando”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Vou colocar também em votação o pedido verbal da vereadora Viviane para as informações da secretaria de educação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Todos os dois aprovados por oito votos. Algum outro requerimento, Senhora Secretária?”. Senhora Secretária: “sem mais requerimentos, Presidente”. Senhor Presidente: “há algum orador inscrito? Também não. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos”.

---